

Editorial



Iniciamos a 20ª edição da *grudisletter* partilhando convosco o *feedback* do XI *workshop grudis*, realizado no passado dia 5 de julho na ESCE do Instituto Politécnico de Setúbal, onde se discutiu a utilização de questionários na investigação em contabilidade.

Divulgamos também a XIX Conferência *grudis* e *Doctoral Colloquium* que decorrerá nos dias 24 e 25 de janeiro de 2020 na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, em Barcelos, sob a organização local de Patrícia Quesado e que terá como *keynote speaker* o Professor Martin Messner da Universidade de Innsbruck (Áustria).

Para além das publicações de membros do *grudis* e da remissão para o ARC (*Accounting Research Centre*) da EAA (*European Accounting Association*), destacamos ainda nesta edição da *grudisletter* o espaço de opinião sobre investigação que conta com dois artigos de opinião. No primeiro artigo, Helena Saraiva, do Instituto Politécnico da Guarda, debruça-se sobre as necessidades de informação não financeira e as possibilidades de contribuição da Contabilidade de Gestão. Já no segundo artigo, da autoria de Helena Maria Santos de Oliveira, do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), é discutida a questão da transparência na informação financeira.

Concluimos esta edição da *grudisletter* com a habitual, e sempre interessante, crónica do José António Moreira, desta vez sobre o grande fosso que existe entre o que se exige (espera) dos alunos no ensino básico e secundário, por um lado, e no ensino superior, por outro.

Patrícia Quesado e Carla Carvalho

Índice

Editorial	1
XI <i>workshop grudis</i> - <i>feedback</i>	2
XIX Conferência <i>grudis</i> e <i>Doctoral Colloquium</i> - <i>divulgação</i>	3
Publicações de membros do <i>grudis</i>	4
Recordando o ARC	5
Espaço de opinião sobre investigação	6
As necessidades de Informação não Financeira e as possibilidades de contribuição da Contabilidade de Gestão	6
Transparência e informação financeira	9
Notas sobre Contabilidade	12

Editores da *grudisletter*

Patrícia Quesado
Carla Carvalho

Equipa de Coordenação do *grudis*

Aldónio Ferreira
Carla Carvalho
João Oliveira
Patrícia Quesado
Paulo Alves
Sofia Lourenço
Teresa Eugénio

E-mail: coordenacao.grudis@gmail.com

Website: www.grudis.pt

A Equipa de Coordenação do *grudis* esclarece que a informação acerca das publicações dos *grudistas* resulta das respostas recebidas dos mesmos.

XI workshop grudis - feedback

A utilização de questionários na investigação em contabilidade

No passado dia 5 de julho decorreu na ESCE do Instituto Politécnico de Setúbal o XI *workshop grudis* com o tema “A utilização de questionários na investigação em contabilidade”, tendo contado com a presença de aproximadamente 35 participantes.

Este evento contou com as apresentações dos colegas Filomena Brás (EGE, Universidade do Minho), António Samagaio (ISEG, Universidade de Lisboa) e Alexandre Silva (Coimbra Business School, ISCAC), e a moderação da Ana Isabel Lopes (ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa).

A colega Filomena Brás foi a primeira oradora e partilhou a sua experiência de utilização de questionários nas áreas da educação em contabilidade e contabilidade financeira, integrando a utilização de questionários nos diferentes paradigmas de investigação em contabilidade, e alertando para um conjunto de preocupações na formulação de questões, na definição da amostra e na distribuição do questionário. Já o colega António Samagaio começou por enquadrar a utilização de questionários no âmbito dos diferentes métodos de investigação e na contabilidade de gestão, alertou para os erros mais comuns e para as vantagens e desvantagens dos diferentes modos de distribuição de questionários. Finalmente, o colega Alexandre Silva partilhou a sua vasta experiência no processo de elaboração de questionários, construção de perguntas e elaboração de escalas.

As apresentações motivaram muitas questões da audiência, o que levou a uma discussão viva e enriquecedora para todos no final do *workshop*.

Pelo interesse demonstrado, e pelo que ficou por falar, este tema da utilização de questionários na investigação em contabilidade voltará no XII *workshop*, agora dedicado à análise de dados de questionários, e

que terá lugar no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) no próximo dia 29 de novembro.

Finalmente, é de destacar o excelente acolhimento da ESCE do Instituto Politécnico de Setúbal a este XI *workshop grudis*, com a abertura dos trabalhos a ser realizada pelo seu subdiretor, Pedro Pardal. Aos participantes foi oferecido um *coffee-break*, o qual permitiu bons momentos de confraternização.

O nosso muito obrigado a todos os que, direta e indiretamente, contribuíram para o sucesso de mais este evento *grudis*.

Foi bom receber-vos em Setúbal!



Carla Carvalho, Sofia Lourenço e Francisco Carreira

XIX Conferência *grudis* e Doctoral Colloquium

Instituto Politécnico do Cávado e do Ave | 24 e 25 de janeiro de 2020



Barcelos acolhe a **XIX Conferência e Doctoral Colloquium *grudis***, nos dias **24 e 25 de janeiro de 2020**.

Eleita pela UNESCO como cidade criativa na categoria do Artesanato e Arte Popular, Barcelos é a cidade berço do “*Galo de Barcelos*”, uma referência na valorização da cultura tradicional e na promoção do turismo português no mundo. Barcelos, capital das artes tradicionais, demarca-se essencialmente na olaria, figurado, cerâmica tradicional e bordados, tendo grande reconhecimento no setor criativo e cultural.

Em Barcelos está instalada a mais jovem Instituição de Ensino Superior Público do país. Dinamizado pela missão de “*contribuir para o desenvolvimento da sociedade, estimular a criação cultural, a investigação e pesquisa aplicadas e fomentar o pensamento reflexivo e humanista*”, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) aposta na excelência e qualidade do seu ensino e investigação aplicada, sendo reconhecido na comunidade, na região e no país.

É com grande honra e satisfação que a Escola Superior de Gestão (ESG), a primeira escola do

IPCA, organiza e acolhe a **XIX Conferência e Doctoral Colloquium *grudis***. Esta Conferência será precedida, como habitualmente, de um *Doctoral Colloquium* e tem o apoio da *European Accounting Association* (EAA) e a colaboração do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.

Os destinatários da conferência são investigadores da área da contabilidade, alunos de cursos de pós-graduação (mestrados e doutoramentos) e outros interessados na investigação em contabilidade.

O *keynote speaker* da XIX Conferência ***grudis*** é o Professor **Martin Messner**, professor de Controlo de Gestão na Universidade de Innsbruck, Áustria, onde também ocupa o cargo de *Dean of studies* na *Faculty of Business and Management*. A sua investigação centra-se em questões relacionadas com o planeamento e gestão orçamental, avaliação do desempenho e no papel do *controller* nas organizações.

Decorre até ao dia **1 de dezembro** o período para submissão de trabalhos para apreciação (texto completo). Dado o elevado relevo científico deste evento, apelamos à participação de todos.

Mais informação sobre este evento anual do *grudis* pode ser obtida em: <https://www.grudis.pt/xix-conferencia/>



Contamos com a vossa presença!

P’la Comissão Organizadora,

Patrícia Quesado

Publicações de membros do *grudis*

De abril a setembro de 2019

Revistas com *referee*

Albuquerque, F., Rodrigues, N., Teixeira-Quirós, J., Justino, R. (2019), 'The conservatism as a cultural value that underlies the financial reporting: Empirical evidence from listed companies in European regulated markets', *Accounting and Management*, 64(1), 1-21.

Albuquerque, F., Neves, J. (2019), 'Income tax of Portuguese listed companies in financial and corporate social responsibility reports', *Review of Business Management*, 21(3), 464-485.

Bürkland, S., Zachariassen, F., Oliveira, J. (2019), 'Meeting up for management control: bracketing interaction in innovation development', *Qualitative Research in Accounting & Management*, 16(1), 144-178.

Caruana, J., Dabbicco, G., Jorge, S., Jesus, M. A. (2019), 'The development of EPSAS: contributions from the literature', *Accounting in Europe*, 16(2), 146-176.

Lisboa, I. (2019), 'Family firms' profile: Leiria Region', *European Journal of Family Business*, 9, 29-37.

Lucas, A., Santos, L. (2019), 'Ethics in the accounting profession: a gender and age comparative study', *SWS Journal of Social Sciences and Art*, 1(1), 67-77.

Martins, A., Gomes, D., Oliveira, L., Ribeiro, J. (2019), 'Telling a success story through the president's letter', *Qualitative Research in Accounting and Management*, 16(3), 403-433.

Marques, M., Pinho, C., Montenegro, T. (2019), 'The effect of international income shifting on the link between real investment and corporate taxation', *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 36, 1-16.

Mucharreira, P. R., Antunes, M. G., Abranja, N., Justino, M. R., Quirós, J. T. (2019), 'The Relevance of Tourism in Financial Sustainability of Hotels', *European Research on Management and Business Economics*, 25(3), 165-174.

Oliveira, H. C., Rodrigues, L. L., Craig, R. (2019), 'The presence of bureaucracy in the balanced scorecard', *Spanish Accounting Review*, 22(2), 218-224.

Oliveira, J., Azevedo, G., Silva, M. (2019), 'Institutional and economic determinants of corporate social responsibility disclosure by banks', *Meditari Accountancy Research*, 27(2), 196-227.

Vale, J., Branco, M. C. (2019), 'Anti-corruption reporting in emerging country multinationals', *Journal of Financial Crime*, 26(3), 861-873.

Vieira, E., Neiva, J. (2019), 'Board of directors specificities in the context of Portuguese corporate governance and corporate law', *Corporate Law & Governance Review*, 1(1), 41-57.

Vieira, E., Neves, M., Dias, A. (2019), 'Determinants of Portuguese firms' financial performance: panel data evidence', *International Journal of Productivity and Performance Management*, 68(7), 1323-1342.

Revistas sem *referee*

Albuquerque, F., Nunes, V., Alves, G. (2019), 'A opinião dos Auditores Externos sobre o Impacto da Reforma Europeia de Auditoria', *Revista dos Revisores e Auditores*, 85, 12-31.

Livros e capítulos de livros

Azevedo, G., Oliveira, J., Ferreira, A., Dias, S. (2019), 'The use of financial graphics as an impression management tool: evidence of Portuguese listed companies', in J. Oliveira, G. Azevedo, A. Ferreira (Eds.), *International Financial Reporting Standards and New Directions in Earnings Management*. Hershey, PA: IGI Global.

Costa, T., Teixeira, N., Lisboa, I. (2019), 'Perceptions of Entrepreneurial Ecosystem in Tourism Sector: A Study in Municipality of Setúbal' (Chapter 6). *Handbook of Research on Entrepreneurship, Innovation, and Internationalization* (pp. 157-177). Hershey, PA: IGI Global.

Ferreira, A., Marques, R., Santos, C., Azevedo, G., Inácio, H. (2019), 'Evaluation of the Online Accountability of the Portuguese Private Institutions of Social Solidarity', in A. Ferreira, R. Marques, G.

Azevedo, H. Inácio, C. Santos (Eds), *Modernization and Accountability in the Social Economy Sector*. Hershey, PA: IGI Global.

Lisboa, I., Costa, T., Teixeira, N. (2019), 'Managing Customer Credit to Reduce the Company's Risk and Overdue Credits' (Chapter 21). *Handbook of Research on Entrepreneurship, Innovation, and Internationalization* (pp. 561-585). Hershey, PA: IGI Global.

Lorson, P., Jorge, S., Haustein, E. (eds.) (2019), *European Public Sector Accounting*. IUC – Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Madaleno, M., Vieira, E., Teodósio, J. (2019), 'Corporate Female Leadership Effects Considering PSI20 and IBEX35 Companies' Performance (Chapter 14)', in Pereira, E., Paoloni, P. (Eds), *Handbook of Research on Women in Management and the Global Labor Market* (pp. 280-301), Hershey, PA: IGI Global.

Oliveira, J., Azevedo, G., Pinheiro, S., Borges, F. (2019), 'Impression management strategies in the Chairmen's Statements: evidence from the Portuguese banking industry', in J. Oliveira, G. Azevedo, A. Ferreira (Eds.), *International Financial Reporting Standards and New Directions in Earnings Management*. Hershey, PA: IGI Global.

Oliveira, J., Azevedo, G., Ferreira, A., Martins, S., Pinto, C. (2019), 'Determinants of the Readability and Comprehensibility of Risk Management Reports: evidence from Portuguese listed companies', in J. Oliveira, G. Azevedo, & A. Ferreira (Eds.), *International Financial Reporting Standards and New Directions in Earnings Management*. Hershey, PA: IGI Global.

Santos, C., Inácio, H. e Marques, R. P. (2019), 'An Overview on Mobile Cloud Computing: Impact on the Auditing Process', in R. P. Marques, C. Santos, H. Inácio (Eds), *Organizational Auditing and Assurance in the Digital Age*. Hershey, PA: IGI Global.

Santos, C., Ferreira, A., Marques, R., Azevedo, G., Inácio, H. (2019), 'Modernization and Accountability in the Social Economy: A Systematic Review', in A. Ferreira, R. Marques, G. Azevedo, H. Inácio, C. Santos (Eds), *Modernization and Accountability in the Social Economy Sector*, Hershey, PA: IGI Global.

Teixeira, N., Lisboa, I., Costa, T., Godinho, T. (2019), 'Business Strategy and Financial Performance' (Chapter 1). *Handbook of Research on Entrepreneurship, Innovation, and Internationalization* (pp. 1-49). Hershey, PA: IGI Global.

Recordando o ARC – Accounting Research Centre

Como referido na *grudisletter* 18, o ARC – Accounting Research Centre da EAA tornou desnecessária a rúbrica das *grudisletters* "Accounting Events".

O ARC inclui uma lista de eventos extremamente abrangente, com diversas opções de pesquisa, em <https://arc.eaa-online.org/events>. O ARC possui, ainda, outras funcionalidades e conteúdos muito úteis para a investigação - não deixe de o consultar!

Já muitos eventos em Portugal foram incluídos no ARC, dando-lhes uma importante visibilidade internacional. Para incluir no ARC um evento que esteja a organizar, pode contactar a EAA através do formulário disponível no *site*, ou solicitar a minha intermediação - enquanto representante português no *Board* da EAA, terei muito gosto em colaborar.

João Oliveira

Espaço de opinião sobre investigação



"As necessidades de Informação não Financeira e as possibilidades de contribuição da Contabilidade de Gestão"

Durante os últimos anos temos assistido a um desenvolvimento sustentado do relato não-financeiro. O interesse da grande maioria dos *stakeholders* pelos aspetos relacionados com a manutenção do ambiente e a sustentabilidade como fatores relevantes no desempenho das organizações e na forma como as empresas abordam as suas responsabilidades, provoca e requer a definição e o desenvolvimento de indicadores não-financeiros adequados e que sejam demonstrativos, por exemplo, da prossecução dos *United Nations Sustainable Development Goals* (U.N., 2015), por parte das entidades nas mais diversas áreas.

A publicação de legislação europeia, nomeadamente das Diretivas 2013/34/UE e 2014/95/UE, induziram a aparição de legislação nos diversos países membros, tal como aconteceu em Portugal, com a publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que define um conjunto de informação não-financeira que parte de certas grandes empresas e grupos passam a abordar obrigatoriamente nos seus relatórios anuais. No entanto, a referida informação não-financeira ocorre em cenários em que existem ainda diversos tipos de lacunas:

- Em primeiro lugar, o conjunto de empresas a que se encontra aplicada, em termos legais, é bastante reduzido em número – por exemplo, por força da legislação referida, é aplicável, com carácter obrigatório, a grandes empresas e às empresas-mãe de um grande grupo, que tenham o estatuto legal de entidades de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores; claramente um conjunto muito limitado de empresas, o que faz com que a sua utilização seja bastante reduzida;
- Em segundo lugar, o problema da limitação da comparabilidade – diversos tipos de sistemas ou diretrizes podem ser seguidos pelas empresas nos seus relatórios, por exemplo as *GRI Standards da Global Reporting Initiative* ou a abordagem de relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), ou ainda o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), o Pacto Global das Nações Unidas, os princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos que aplicam o quadro das Nações Unidas «Proteger, Respeitar e Reparar», as diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) para as empresas multinacionais, a norma ISO 26000 da Organização Internacional de Normalização, a Declaração de Princípios Tripartida da Organização Internacional do Trabalho sobre as empresas multinacionais e a política social, entre outras;
- Em terceiro lugar, a escassez de definição de Indicadores-chave de desempenho relevantes para a atividade específica das empresas – indicadores estes que são referenciados na legislação, mas não são, de forma alguma, definidos ou, sequer, indicados.

Todas estas questões, parecem abrir caminho para algumas oportunidades a considerar por parte da comunidade académica: interessantes questões de investigação podem surgir relativamente ao tipo

e à composição dos indicadores definidos e usados para avaliar e medir a capacidade de as organizações obterem uma melhoria dos seus níveis de gestão dos recursos de diversas naturezas, nomeadamente dos relacionados com a obtenção dos SDG's. De acordo com Bebbington & Unerman (2018), esta temática dos SDG's, está a emergir em diversas disciplinas, mas está apenas a iniciar a sua aparição de forma incipiente na literatura contabilística.

Por outro lado, a resposta a novos desafios relacionados com a satisfação da totalidade dos *stakeholders*, frequentemente assume uma reorientação estratégica, de modo a focar-se precisamente, quer nos resultados esperados por aqueles, quer no resultado esperado pela organização (Dimitropoulos *et al.*, 2107; Tomažević *et al.*, 2017; Buick *et al.*, 2015; West & Blackman, 2015; Bryson *et al.*, 2014). Esta reorientação focada em novos tipos de resultados, novos indicadores de resultados, novas realidades de gestão de diferentes recursos e consideração e definição de novos tipos de recursos, abre caminho a que diversos ramos da contabilidade – nomeadamente a contabilidade de gestão, tenha de se reorientar para melhor gerir e avaliar estes recursos. Neste sentido, o papel da contabilidade de gestão é relevado desde há algum tempo, por exemplo, por Lowe & Tinker (1989), que defendem que a cibernética, a gestão e a teoria organizacional devem conferir a este ramo da contabilidade capacidades antecipatórias, pela capacidade que este pode assumir na monitorização de variáveis chave ambientais e na utilização de controlos auto alimentados, enfatizando a sobrevivência organizacional de longo prazo e o crescimento, em lugar da maximização do lucro, concebendo sistemas de controlo ajustados à complexidade ambiental.

Outros autores como Hoper & Bui (2016), Bebbington & Thomson (2013), Virtanen *et al.* (2013), Songini & Pistoni (2012), Gond *et al.* (2012), Milne (1996), evidenciam a necessidade de realizar estudos na área da sustentabilidade na literatura contabilística. Assim, parece haver, sem qualquer sombra de dúvida, um alargado leque de oportunidades de investigação na área dos indicadores não financeiros, da sua definição, formas de utilização e resultados da sua implementação, que os investigadores em contabilidade e, de forma mais restrita, em contabilidade de gestão, poderão prosseguir e explorar, por forma a desenvolver esta área do conhecimento numa senda que, aparentemente, ainda se encontra pouco explorada.

Referências Bibliográficas

BEBBINGTON, J. & THOMSON, I. (2013). Sustainable development, management and accounting: boundary crossing. *Management Accounting Research*, 24(4), 277-283.

BEBBINGTON, J. & UNERMAN, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2-24,

BRYSON, J. M., CROSBY, B. C., & BLOOMBERG, L. (2014). Public value governance: Moving beyond traditional public administration and the new public management. *Public Administration Review*, 74(4), 445-456.

BUICK, F., BLACKMAN, D.A., O'DONNELL, M.E., O'FLYNN, J.L. & WEST, D. (2015). Can enhanced performance management support public sector change? *Journal of Organizational Change Management*, 28(2), 271-289.

- DIMITROPOULOS, P., KOSMAS, I. & DOUVIS, I. (2017). Implementing the balanced scorecard in a local government sport organization Evidence from Greece. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 66(3), 1-20.
- GOND, J.-P., GRUBNIC, S., HERZIG, C. & MOON, J. (2012). Configuring management control systems: theorizing the integration of strategy and sustainability. *Management Accounting Research*, 23(3), 205-223.
- HOPPER, T. & BUI, B. (2016). Has Management Accounting Research been critical? *Management Accounting Research*, 31, 10-30.
- LOWE, T. & TINKER, T. (1989). Accounting as a Social Science: Abstract Versus Concrete Sources of Accounting Change. In W. F. Chua, T. Lowe, T. Puxty (Eds.), *Critical Perspectives in Management Accounting*, pp. 47-62. London: McMillan Press, Ltd.
- MILNE, M.J. (1996). On sustainability; the environment and management accounting. *Management Accounting Research*, 7(1), 135-161.
- SONGINI, L. & PISTONI, A. (2012). Accounting, auditing and control for sustainability. *Management Accounting Research*, 23(3), 202-204.
- TOMAŽEVIČ, N., TEKAVČIČ, M. & PELJHAN, D. (2017). Towards excellence in public administration: organization theory-based performance management model. *Total Quality Management & Business Excellence*, 28(5/6), 578-599.
- VIRTANEN, T., TUOMAALA, M. & PENTTI, E. (2013). Energy efficiency complexities: a technical and managerial investigation. *Management Accounting Research*, 24(4), 40-416.
- WEST, D., & BLACKMAN, D. (2015). Performance management in the public service: Where has it got to? *Australian Journal of Public Administration*, 74(1), 73-81.

Helena Saraiva



“Transparência e informação financeira”

Esta matéria de crucial importância tem despertado o interesse de investigadores, especialistas, consultores e analistas e por arrastamento legisladores, dado que está intrinsecamente relacionada com o exercício do direito ao acesso à informação, onde o aspeto jurídico-legal assume o compromisso de estabelecer balizas entre os direitos de acesso aos documentos e as exceções relacionadas com a segurança.

Pode-se definir informação como o processamento de um conjunto de dados de uma entidade, cujo intuito é fornecer os meios necessários aos utentes na sua tomada de decisão. No entanto, a importância atribuída à informação depende, não apenas, da quantidade, qualidade e veracidade, mas também da utilidade e relevância e, fundamentalmente, do momento da sua divulgação. A sua utilidade deve ser aferida em função dos propósitos a que se destina e deverá ter por base o uso da informação contabilística, financeira e económica no processo de decisão. Não obstante, o que se pretende é informação relevante e fidedigna para poder deliberar. É de salientar que um maior volume de informação divulgado sobre a forma, por exemplo: (1) como são celebrados os contratos; (2) as atividades desenvolvidas; (3) os rendimentos obtidos e os gastos suportados; (4) os investimentos e a forma de financiamento; e (4) os riscos e o grau de incerteza assumido, mais se obstaculiza a prática de ilegalidades. Factualmente essa prática está inversamente relacionada com a sustentabilidade das instituições.

A transparência é *um antídoto contra a corrupção* (Lizcano, 2011), tem como objetivo proteger os investidores e fomentar a integridade dos mercados de valores, para evitar prejuízos diretos e/ou indiretos causados pela existência de distorções na informação ou na sua divulgação, originando falta de confiança e dificuldades para o sistema económico-financeiro. No essencial é uma questão de princípios éticos e valores morais. Ao abordar o tema da transparência da informação devemos analisar exaustivamente todas as áreas (financeira, económica, patrimonial, governativa, ambiental, tecnológica, estratégica, recursos humanos e empregabilidade, política, jurisdicional e afins), em qualquer instituição (pública, privada, financeira, religiosa, política, de solidariedade social e outras), porque tem impacto na sociedade civil. Claro que a transparência exige que os órgãos sociais e executivos das diferentes instituições atuem com profissionalismo, diligência, ética, idoneidade e responsabilidade.

Pode-se caracterizar transparência como a disponibilidade de informação relevante e fiável acerca do desempenho periódico, da posição financeira, das oportunidades de investimento, do governo, do valor, do risco da entidade e do grau de incerteza assumidos ou a disponibilidade de informação específica por parte de uma entidade aos utilizadores externos, sendo possível distinguir entre o que se denomina de transparência financeira e de transparência corporativa. De facto, a transparência financeira refere-se à disponibilidade de informação aos diferentes utilizadores, como resultado da divulgação, interpretação e a disseminação da informação das entidades, efetuada pelos analistas e meios de comunicação, especializados ou não, enquanto a transparência corporativa reporta ao grau de intensidade e qualidade das divulgações relacionadas com o Governo, relativas à identidade dos

administradores executivos, administradores não executivos, sócios majoritários e às remunerações atribuídas (Bushman *et al.*, 2003 e 2004).

Contudo, a globalização da economia que permitiu a criação de mercados completos e complexos e produtos sofisticados utilizou a contabilidade, em muitas ocasiões, como um suporte para dissimular produtos de engenharia financeira destinados a ocultar informação a terceiros, resultando daí quebra de confiança dos investidores no trabalho realizado pelos contabilistas e pelos auditores. Consequentemente, os mercados reagiram com a exigência de maior transparência na informação, maior rigor do trabalho dos auditores e controlo da sua independência. Por outro lado, os organismos normalizadores também passaram a incluir artigos normativos e sancionatórios para as entidades e profissionais que não apliquem de forma adequada essas normas, *vide* exemplo do SNC (2010), artigo 14.º (Ilícitos de mera ordenação social). Importa, também, referir que os normativos contabilísticos estão pejados de políticas e critérios que envolvem escolhas e estimativas, admitindo-se que a melhor escolha ou estimativa não é simples de consubstanciar e definir. A eleição das políticas e critérios contabilísticos envolve opções e também estimativas como qualquer decisão, cujo objetivo primário é influenciar os resultados finais (Fields *et al.*, 2001). A escolha das políticas e critérios contabilísticos são o resultado de uma combinação entre objetivos de eficiência e de oportunidade (Góis, 2007). No entanto, os normativos permitem a utilização de múltiplos critérios, nomeadamente os valorimétricos, que de acordo com a legislação em vigor, serão selecionados pelo órgão de administração em função de vários fatores, de ordem interna ou externa, devendo ser justificados pelo respetivo órgão. Em Portugal, é expressamente referido, no normativo contabilístico e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), que a responsabilidade pela elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e contas do exercício são pelouro dos administradores.

Porém, a existência de transparência é vital para que haja credibilidade na informação, pois a internacionalização das empresas e a globalização dos mercados afeta o fluxo de capitais, o desenvolvimento dos mercados financeiros e a sustentabilidade das instituições. Nos últimos trinta anos, este processo adquiriu especial importância, dada a rapidez da sua expansão, originando um movimento de capitais, entre países, num mercado aberto, com livre acesso das empresas a mercados financeiros localizados em diferentes latitudes geográficas e com regulações mais ou menos permissivas, provocando dispersão acionista, pese o facto de sempre terem existido relações entre agentes económicos de diferentes e múltiplos mercados, nada comparáveis com a situação atual mormente no que respeita à complexidade e celeridade das transações. A publicação da Diretiva 2013/50/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, veio melhorar a eficiência e a eficácia do regime de transparência, em especial no que se refere à divulgação das informações sobre a propriedade das sociedades, na sequência da Diretiva 2004/109/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro, que refletia a preocupação dos Estados membros em harmonizar os requisitos e critérios de transparência.

A questão da transparência tem sido impulsionada pela promulgação de legislação adequada e, também, pela Sarbanes-Oxley Act, embora Carlos Tavares (2013), Presidente da CMVM, afirme que *... nenhuma regulação ou supervisão pode substituir a observância dos princípios da ética nos negócios e o regresso aos valores tradicionais como o rigor e a verdade ...*, pois os administradores podem gerir as informações de forma a ocultar desempenhos económicos e posições financeiras,

nivelar resultados e, ainda, para atingir determinados objetivos (Hail *et al.*, 2010), para além de, muitas vezes, omitirem informação sobre os riscos e o grau de incerteza assumidos.

Porém, o maior problema relaciona-se com a forma como os grandes grupos empresariais se organizam o que, por vezes, é feito de forma opaca, ocultando informação interna importante, através: (i) de construção de *holdings* em cascata; (ii) dispersão por várias empresas e estruturas acionistas; (iii) constituição de subgrupos dentro das *holdings* do grupo económico; (iv) sede de *holdings* e empresas em múltiplos países; e (v) operações em *offshores*. De facto, as contas dos grupos nunca são apresentadas de forma consolidada, na sua totalidade, dado várias empresas ou *holdings* do grupo estarem sob supervisão de diferentes reguladores (uns estrangeiros, outros nacionais, uns que atuam sobre a área financeira, outros sobre outras áreas), a que acrescem as operações que passam por *offshores*, onde nada é controlado, tudo constituindo uma nebulosa teia de difícil explicação. Neste sentido e face à constante evolução, crescente sofisticação e inovação das práticas adotadas pelas diferentes entidades, importa que elas saibam, de forma dinâmica, dotar-se de adequados mecanismos de controlo, supervisão, regulação, fiscalização e alerta que garantam o retorno aos investidores e conseqüente estabilidade dos mercados financeiros.

Em resumo, é imprescindível contar com mecanismos independentes que sirvam como: (i) orientadores de princípios; (ii) serviços de vigilância; e (iii) tribunais coercivos, que atuem de forma similar, sem distinção do poder económico, político, ideológico ou outros. Para isso, é indispensável uma forte articulação entre as diferentes instituições e os diferentes países, para se estabelecerem as melhores práticas globais de transparência e integridade, e desse modo fortalecer a economia tornando-a mais pujante e uma sociedade mais próspera.

Referências Bibliográficas

BUSHMAN, Robert M.; Smith, Abbie J. (2003). Transparency, Financial Accounting Information and Corporate Governance. *Economic Policy Review*. 9(1), 65-87.

BUSHMAN, Robert M.; Piotroski, Joseph D.; Smith, Abbie J. (2004). What Determines Corporate Transparency?. *Journal of Accounting Research*. 42(2), 207-252.

GÓIS, Cristina M. G. (2007). *O Governo das Sociedades e a Qualidade da Informação Financeira: Evidência nas Empresas com Valores Cotados na Bolsa de Valores Portuguesa*. España: Universidad de Extremadura, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales; Departamento de Economía Financiera y Contabilidad, Tesis Doctoral.

HAIL, Luzi; Leuz, Christian; Wysocki, Peter D. (2010). Global Accounting Adoption of IFRS by the U.S. (part I): Conceptual Underpinnings and an Economic Analysis. *Accounting Horizons*. 24(3), 355-394.

LIZCANO ÁLVAREZ, Jesús (2011). *Corrupción Empresarial: Responsabilidad Social y Transparencia como Antídoto*. Anuario de Compromiso RSE, Diciembre.

TAVARES, Carlos (2013). *Supervisão não Substitui os Princípios da Ética*. Diário Económico de 15 de Setembro; in <http://economico.sapo.pt/noticias>; acedido em setembro de 2013.

Helena Maria Santos de Oliveira

Notas sobre Contabilidade



Depois de um ano sem entrar na sala de aula, imerso em investigação e escrita, o regresso não tem sido fácil. O facto de os alunos continuarem a ter 18 anos, e eu, paulatinamente, ir envelhecendo, deverá ser uma das razões principais para explicar esta minha dificuldade.

Ter 18 anos nos tempos que correm significa ser imaturo e, acima de tudo, passar todo o tempo agarrado a um *“smart phone”*. Na sala de aula proibi, expressamente, como já antes fazia, o uso deste tipo de aparelhos, salvo se para atividades escolares por mim propostas. Mesmo assim, não há sessão em que eu não tenha que me indispor com alunos que desrespeitam o que está instituído. E isto desgasta, muito. Já procurei olhar para o lado e fazer de conta que não vejo. Não consigo. Lecionar exige esforço, exige motivação. Será que alguém consegue motivar-se a falar para uma parede?

Sim, são imaturos. Parece-me que cada vez o são mais. Admito que esta sensação esteja associada, como referi, à minha idade. Mas à imaturidade intrínseca de cada aluno acresce, nas turmas que leciono, o facto de todos, de um modo geral, terem sido a *“estrela da companhia”* das escolas de onde provêm. É bom ter bons alunos, potencialmente aptos a responderem aos desafios que lhes propomos, ao que deles exigimos. Porém, nem tudo são *“rosas”* na interação com eles.

Por um lado, a componente materialística, que os embebe até à medula e está sempre assinalada com a pergunta *“Conta para a nota?”*, condiciona a sua abertura para o trabalho – esquecem que a nota final é o somatório de todas as experiências letivas – e condiciona-me a mim, que, para não ouvir aquela pergunta, já penso duas vezes, no mínimo, antes de lhes propor qualquer desafio. São jovens com capacidades, mas vazios de curiosidade. O que é muito grave, em minha opinião, na medida em que esta é o alicerce de todo o saber.

Por outro lado, o facto de terem sido sempre adorados pelos professores e colegas, mordomia de quem tem o estatuto de melhor aluno, torna-lhes difícil partilharem com outras *“estrelas”* o espaço onde se inserem e, muito principalmente, o terem de lidar com a frustração de um desempenho escolar inesperado, ou o não serem mais a *“estrela”* que todos seguem.

A M. é uma aluna que, desde a primeira aula, regularmente faz intervenções, quando todos os seus colegas permanecem mudos e quedos. Aquilo que poderia ser positivo, para o docente que necessita de sentir um sinal de vida nos corpos sentados à sua frente, não é. Porque a M. só abre a boca para dizer que tudo está mal, que nada faz sentido, mesmo quando se trata de uma convenção mundial com mais de quinhentos anos como é o *“débito e crédito”* no registo de transações. Mais, o modo como se expressa é rude, como se ela estivesse zangada com quem coloca tais assuntos à turma, isto é, com o professor. Desgasto-me a desmontar as suas intervenções, com o resto dos alunos a apreciarem o espetáculo, sem dele tirarem (grande) proveito. Há dias, numa aula de esclarecimento de dúvidas, em véspera de teste, ela estava tensa. Notava-se à vista desarmada. Insurgiu-se contra o modo como se registavam os salários. Calmamente expliquei, mais uma vez, o processo, justificando a lógica inerente a cada movimento, a importância de cada peça de informação. No fim, sorrindo-lhe,

disse: “Parece que está zangada comigo. Não fique, eu ajudo a esclarecer todas as dúvidas que tenha, sempre que queira.” As lágrimas brotaram, copiosas, rolando cara abaixo. “Eu não percebo nada”, disse soluçando. “Não percebo para que é que serve tudo isto.” A turma silenciosa, aguardava desenvolvimentos. Não havia condições, naquele momento, para quaisquer outras considerações sobre o assunto. Pedi-lhe para vir falar comigo no final da aula. Ela veio.

Porta aberta, sala vazia, iniciei o diálogo. “M., acho que você está a colocar demasiada pressão sobre si própria. E não foi só nesta aula. Tenho notado que parece estar zangada comigo ... ou talvez seja consigo própria ...” As lágrimas rolaram novamente, ainda mais intensas, as palavras saíam entrecortadas: “Eu não percebo nada ... não sei nada de nada, não sei o que se passa comigo ... nunca antes tive dúvidas e agora, desde que cheguei à Faculdade, é tudo dúvidas ...” A pressão que certos alunos colocam sobre si próprios, fruto de nunca antes terem aprendido a gerir o insucesso ou a concorrência de pares, pode ser suficiente para conduzir a um bloqueio mental total. Julgo ser este o problema da M., apesar de a sua referência a “nunca antes ter tido dúvidas” me ter deixado confuso. Um caso que terei de seguir. Foi-se embora mais aliviada, depois de meia hora de conversa.

Com diferentes tonalidades, temos muitos casos semelhantes em cada ano. Uns que detetamos, outros que nos passam ao lado, outros que acabam por irem diretamente parar à equipa de ajuda psicológica especializada que a escola possui. Tenho consciência de que não é fácil a um aluno que entrou com média de 19 valores, passados poucos meses estar a lutar para não reprovar. Não sei como estão a formar os jovens até que chegam ao ensino superior. Serão as doses cavalares de autoestima que lhes insuflam, na família e na escola, as responsáveis por este tipo de reação, que surge a partir do momento em que eles se apercebem que o mundo não é essa coisa fofinha e cor-de-rosa que lhes pintaram?

Talvez seja apenas uma das causas. Por isso, a dificuldade de adaptação dos alunos ao ensino superior, com custos pessoais e sociais imensos, deveria ser assunto a merecer um maior esforço de investigação no sentido de se perceberem com nitidez os respetivos contornos. Uma coisa tenho por certa: existe um fosso demasiado largo entre o que se exige (espera) dos alunos no ensino básico e secundário, por um lado, e no ensino superior por outro. Um fosso que, qual buraco negro, suga a sua energia e a dos docentes que os formam, e conduz ao desperdício de imensos recursos financeiros. Basta ver quanto custa ao país um ano sem aproveitamento de um aluno.

José António Moreira